



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 14 de julho de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO LDO aprovada no Congresso impõe travas a gasto público	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO LDO permite reajuste maior para aposentados	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA SENADO Vanessa Grazziotin celebra 60 anos do CNPq.....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Lei de informática: Mais uma ameaça para a Zona Franca de Manaus	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Polo relojoeiro se destaca nos indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO COMÉRCIO - RS Innova pede mudanças em isenções na Zona Franca.....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VERMELHO / SITE LDO garante descontinuação de recursos próprios da Suframa.....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FIEAM / SITE Senado rejeita projeto que prejudicava Suframa e aprova proposta de senador Eduardo Braga	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO LDO aprovada no Congresso impõe travas a gasto público		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Congresso aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias com mecanismos para impedir a ampliação dos gastos públicos. Além de cumprir a meta de superávit primário, o governo terá de obter o déficit nominal zero até 2014. A equipe econômica deve recomendar o veto desses pontos. A LDO também prevê reajuste acima da inflação de benefícios de aposentados do INSS

Dilma deve vetar emenda que trava gastos públicos

Emenda à LDO aprovada ontem prevê que o governo deve acabar com o déficit público até 2014, incluindo os gastos com juros

Edna Simão / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A lei que fixa as regras para a elaboração do Orçamento da União do próximo ano, aprovada ontem pelo Congresso Nacional, criou travas para impedir o aumento desenfreado dos gastos públicos. Uma das novidades incluídas por parlamentares da oposição exigirá do governo trazer, até 2014, as despesas para o mesmo nível das receitas. A medida, entretanto, deve ser vetada pelo Palácio do Planalto.

Tecnicamente, o mecanismo incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012 é conhecido com déficit nominal zero. Para conseguir esse equilíbrio nas contas, todas as despesas, incluídos os gastos com o pagamento de juros da dívida pública, não podem ultrapassar o valor arrecadado com impostos e contribuições.

Alcançar esse objetivo exigiria um forte corte de gastos. Diante do risco de ter o Orçamento engessado, a equipe econômica já se prepara para recomendar à presidente Dilma Rousseff que veto o mecanismo.

Pela proposta apresentada pelo deputado Cláudio Cajado (DEM-BA), o déficit público terá de cair para um valor equivalente a 0,87% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro até dezembro de 2012. De janeiro a maio deste ano, o buraco nas contas era de 2,24% do PIB, segundo o Banco Central. O resultado nominal definido para 2012 foi estabelecido com base nas previsões do próprio governo. Mas o que era uma estimativa acabou se tornando uma meta a ser cumprida.

Em 2013, o déficit deverá cair para 0,46% do PIB, chegando a 0,05% em 2014. Os cálculos consideram que ao longo dos próximos três anos, o setor público continuará economizando o equivalente a 3,10% do PIB para pagamento de juros da dívida pública. Essa economia é conhecida com superávit primário.

Inapropriada. Para o economista da consultoria Tendências Felipe Salto, a meta de déficit nominal para 2012 é inapropriada e não será atingida. O cumprimento dependeria da redução da taxa básica de juros brasileira. O problema, entretanto, é que a perspectiva para o próximo ano, na opinião do economista, é de aumento dos juros para controlar a inflação.

O cenário é agravado porque as despesas inevitavelmente vão crescer por conta do reajuste do salário mínimo e as receitas reduzirão o ritmo de expansão. "De fato, seria muito prudente fixar uma meta para o resultado nominal na LDO, mas não dessa forma. O que precisaria fazer é fixar a meta de nominal paralelamente a um aumento do comprometimento com o esforço primário", explicou o economista.

Além disso, diminuir o déficit nominal dos atuais 2,24% do PIB para 0,87% do PIB exigiria da equipe econômica um aumento substancial do superávit primário. "A proposta é incoerente e impraticável", destacou Salto.

Na mesma linha de controle de despesas, a oposição conseguiu emplacar a obrigatoriedade de o **Governo Federal** ter o aval do Congresso para a emissão de títulos públicos para capitalização do **BNDES** e do Fundo Soberano. A lei ainda prevê que o ritmo de expansão dos investimentos deve ser maior do que o de gastos para custeio da máquina pública, excluindo saúde e educação, e que serão destinados R\$ 3,9 bilhões para ressarcir os Estados **exportadores** prejudicados com a Lei Kandir. Esses pontos também devem derrubados com a sanção da lei por Dilma.

ORÇAMENTO 2012

O que diz a Lei das Diretrizes

Orçamentárias (LDO) aprovada ontem pelo Congresso.

Déficit nominal.

Para conter os gastos, o governo voltará a trabalhar com o conceito de déficit nominal zero. Para 2012, a meta é que o déficit nominal (receitas menos despesas, incluindo o pagamento de juros) não exceda 0,87% do **PIB**.

BNDES/Congresso.

O **Governo Federal** precisará do aval do Congresso Nacional para emitir títulos para capitalização do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) e do Fundo Soberano.

PAC.

Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), R\$ 40,6 bilhões, poderão ser abatidos da meta de superávit primário (economia feita pelo **Governo Federal** para pagamento de juros). Os restos a pagar, que são carregados de um ano para o outro, não podem ser usados para fazer abatimento no superávit primário.

Lei Kandir.

Para ressarcir os Estados **exportadores** que tiveram prejuízos com a Lei Kandir, será garantido, pelo menos, o mesmo valor previsto para este ano, ou seja, R\$ 3,9 bilhões.

Aposentados.

A LDO tem um artigo que autoriza o governo a negociar com centrais sindicais e representantes dos aposentados reajustes reais, isto é, acima da inflação, para quem recebe acima do piso pelo INSS.

Emendas para shows.

Serão liberados recursos do **Ministério** da Cultura para realização de festas e shows por entidades privadas, caso os eventos estejam sendo realizados há, no mínimo, cinco anos, ininterruptamente.

Recursos para ONGs.

O dinheiro do Orçamento poderá ser destinado para a construção, ampliação e conclusão de obras em entidades privadas nas áreas de saúde, assistência social e educação especial. Essas transferências de dinheiro público estavam proibidas desde 2000 por causa de irregularidades.

Emendas parlamentares.

Os parlamentares conseguiram "proteger" de pelo menos R\$ 6 bilhões para pagamento de emendas parlamentares. Mas os recursos não terão a mesma proteção que o **PAC** tem, como gostariam os deputados e senadores.

TCU.

Foi fixado prazo para que o tribunal recomende à Comissão de Orçamento a paralisação ou retenção de recursos para obras com indícios de irregularidades. O prazo será de 40 dias. Desse prazo, 15 dias são para as empresas repassarem as informações./

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO LDO permite reajuste maior para aposentados		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Edna Simão / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderão ter benefícios reajustados acima da inflação no próximo ano. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, aprovada ontem pelo plenário do Congresso, prevê que o governo terá de negociar com as centrais sindicais e representantes de aposentados um índice de aumento dos benefícios.

Até terça-feira, não havia menção de aumento das aposentadorias e pensões no próximo ano. Mas, de última hora, o senador Paulo Paim (PT-RS) conseguiu emplacar no texto a garantia de negociação. A emenda do senador petista contempla os brasileiros que recebem benefícios superiores ao salário mínimo, que atualmente é de R\$ 545.

Na proposta orçamentária de 2011, aprovada no último ano de governo do ex-presidente Lula, essa previsão foi inserida no texto, mas o governo só concedeu um reajuste equivalente à inflação acumulada em 12 meses - algo próximo de 6,5%. Agora haverá nova tentativa de emplacar

o reajuste acima da inflação, para atender a reivindicação antiga dos aposentados.

Discussão. Segundo o relator da LDO, deputado Márcio Reinaldo de Moreira (PP-MG), não foi assegurado no texto um índice de reajuste dos aposentados e sim o direito de discussão. "Não negocie nada com relação a gasto com pessoal", disse Moreira. Porém, ele ressaltou ter facultado ao governo a possibilidade de conceder subsídios aos fiscais da vigilância sanitária.

A LDO definiu ainda um prazo para que o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhe à Comissão Mista de Orçamento (CMO) as obras com indícios de irregularidades.

Após realização da auditoria no empreendimento com recursos públicos, o TCU terá 40 dias para decidir pela paralisação da obra ou retenção de recursos por indícios de irregularidades. De 40 dias, 15 deles serão destinados para a empresa apresentar as informações necessárias para ficar fora da lista negra do TCU.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Vanessa Grazziotin celebra 60 anos do CNPq		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Da Redação / Agência Senado

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) celebrou, nesta quarta-feira (13), os 60 anos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ela elogiou os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff pelo apoio à instituição e lembrou que o crescimento dos investimentos no setor é fundamental para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população.

- Destaco a importância do Congresso Nacional porque conseguimos, com muita luta, aprovar e fazer constar dos orçamentos dos últimos anos a impossibilidade de contingenciamento dos recursos dos fundos setoriais de ciência e tecnologia - acrescentou.

A senadora afirmou que dados mostram que os pesquisadores conseguiram sensibilizar o governo para a necessidade de maiores investimentos no setor. De acordo com Vanessa Grazziotin, os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico subiram de R\$ 350 milhões, em 2002, para R\$ 2,3 bilhões em 2010, "aumento muito significativo", na sua avaliação.

Cieam

No mesmo discurso, a senadora saudou a posse nesta terça-feira da nova diretoria do Centro da Indústria do Estado da Amazônia (Cieam), que segundo ela tem contribuído para a competitividade e o desenvolvimento do Pólo Industrial de Manaus.

Wilson Périco, vice-presidente da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam) e presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), é o novo presidente do Cieam.

Vanessa Grazziotin informou que o Cieam é uma entidade de classe da indústria do Amazonas fundada em 1979, com 165 empresas afiliadas. O faturamento da indústria amazonense para este ano, segundo ela, deve crescer em 14%, patamar superior ao nacional. O número de empregos no Pólo Industrial deve ter incremento de 10%.

- Esses números são extremamente animadores, mas não nos deixam despreocupados. Pelo contrário, precisamos dar avanços significativos e importantes. O primeiro deles, eu não tenho dúvida nenhuma, é melhorar o valor salarial, os salários pagos aos colaboradores, aos operários, aos trabalhadores que trabalham, direta e indiretamente, para as indústrias instaladas no polo industrial de Manaus - disse.

A parlamentar observou ainda que, no momento em que o governo pretende implementar uma nova política industrial, o Amazonas se destaca por ser um estado com modelo de desenvolvimento econômico que reúne geração de emprego com preservação ambiental.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Lei de informática: Mais uma ameaça para a <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Monitores começam a agregar características de televisor, como receptor e controle remoto, abrindo perigoso precedente

14 de Julho de 2011

Kátia Gomes

TA550, da Samsung, é classificado pela empresa como monitor, mas pega TV (Divulgação)

O que é um televisor? No que ele difere de um monitor? A falta de uma legislação que defina claramente estes produtos ou que estabeleça uma limitação do que pode ser produzido como televisor ou monitor pelo Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio e Ministério da Ciência e Tecnologia, coloca em risco permanente o modelo Zona Franca de Manaus.

“Temos tentado trabalhar junto a Suframa para estabelecer o mais rápido possível uma definição ou limitação dos bens de informática”, atesta o presidente do Sindicato da Indústria de Eletroeletrônico, Wilson Périco, recém eleito presidente do Centro da Indústria do Amazonas (Cieam), ao falar da convergência digital como uma realidade que “precisamos enfrentar”.

Um exemplo prático do que convergência digital pode causar é o mais recente lançamento da Samsung, líder do segmento de televisores no País. A empresa sul-coreana

colocou no mercado o primeiro primeiro monitor de 27 polegadas com TV digital integrada do Brasil.

“Reunimos em um único produto o melhor do monitor e o melhor do televisor”, detalha João Hiroshi, gerente sênior de produtos para a divisão de Soluções de TI da Samsung.

O monitor - há um mês no mercado - é fabricado no Polo Industrial de Manaus ao preço sugerido de R\$ 1.299,00 (27”). “É um bem de consumo que recebe os incentivos da ZFM, não é considerado como bem de informática”, garante Hiroshi.

A preocupação de Wilson Périco, porém, é que a falta de definição permita que o “monitor” seja feito fora de Manaus com os incentivos da Lei de Informática.

“É interessante para a Samsung fabricar em Manaus este produto, mas quem nos garante que o próximo será da mesma forma? Essa é uma discussão urgente, sobre definições como o tamanho da tela para monitores, proibir controle remoto, ter ou não ter receptor de TV. Não podemos parar o avanço tecnológico, mas temos que proteger a ZFM”, explica Périco.

A partir da inclusão de celulares como bens de informática, a Samsung retirou de Manaus a produção do bem em 2004 e só retornou, em parte, no ano passado.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Polo relojoeiro se destaca nos indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Desempenho dos principais segmentos do Polo Industrial de Manaus ganha reforço de setores como o relojoeiro e editorial e gráfico que apresentaram crescimento

acritica.com

Produção de relógios se destaca nos indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus (Arquivo/ACritica)

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), divulgou os Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de Manaus (PIM) referentes aos primeiros cinco meses de 2011. Os segmentos Eletroeletrônico, Duas Rodas e Metalúrgico tiveram reforço de outros setores como o relojoeiro para aumentar o faturamento que foi de US\$ 16.3 bilhões. O valor é 22,85% maior que o valor recorde acumulado nos cinco primeiros meses do ano passado (US\$ 13.2 bilhões).

Em maio, o faturamento do parque industrial de Manaus atingiu US\$ 3.6 bilhões enquanto que no mesmo mês do ano passado ficou em US\$ 2.9 bilhões, um crescimento de 22,69%. Em abril, o faturamento do polo foi de US\$ 3.3 bilhões.

O Polo Relojoeiro foi um dos destaques do período com um crescimento em cinco meses, de 71,62% no faturamento de

US\$ 274.3 milhões. Outro setor que também alcançou um percentual expressivo de crescimento foi o Editorial e Gráfico. De janeiro a maio, faturou US\$ 20.6 milhões contra os US\$ 12 milhões dos cinco primeiros meses do ano passado, um aumento de 71,67% . “Os indicadores demonstram que o crescimento do PIM é observado em outros segmentos, além dos principais polos de produção do Estado”, destaca a Superintendente da SUFRAMA, Flávia Grosso.

O número de empregos registrados até maio foi de 114.805 postos ocupados contra 100.969 registrados até maio de 2010, uma evolução de 13,70%.

De acordo com os indicadores, o setor Eletroeletrônico faturou US\$ 5.2 bilhões no acumulado do ano, contra US\$ 4.5 bilhões do mesmo período do ano passado, um crescimento de 14,28%. O setor de Bens de Informática acumulou em cinco meses, US\$ 1.7 bilhão, superando o acumulado de 2010 (US\$ 1.2 bilhão) em 35,94%. O segmento de Duas Rodas no acumulado dos cinco meses, alcançou a cifra de US\$ 3.7 bilhões, superando os US\$ 2.7 bilhões do igual período do ano passado, um crescimento de 36,26%.

	VEÍCULO JORNAL DO COMÉRCIO - RS	EDITORIA	
	TÍTULO Innova pede mudanças em isenções na <u>Zona Franca</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente da empresa apresentou reivindicações a Tarso

Da Redação

A direção da petroquímica Innova pediu ontem a interferência do governador do Estado, Tarso Genro, para que o **Governo Federal** altere o pacote de incentivos fiscais para empresas do setor instaladas na **Zona Franca** de **Manaus**. Na região, os benefícios atingem sobretudo impostos sobre **importação** e na **produção**. Em audiência com Tarso, a presidente da companhia, situada no Polo de Triunfo, Margareth Feijó Brunnet, ressaltou que isenções fiscais que favorecem a única empresa produtora de resinas na região, a Videolar, geram uma grande desvantagem de preços para quem está fora como a Innova.

As produtoras de segunda geração de estireno, poliestireno e etilbenzeno, situadas em outros polos, como o gaúcho e baiano, apresentaram há dois anos ao **Ministério** do **Desenvolvimento**, da Indústria e do **Comércio** Exterior (**MDIC**) a mudança no marco regulatório. A vantagem da concorrente chega a gerar diferença de 10% nos preços, principalmente porque a petroquímica compra o maior volume de estireno dos Estados Unidos. "Eles poderiam **importar**, mas não para colocar resinas no **mercado** interno", diz a executiva.

As empresas esperam que o **MDIC** proíba a operação de plantas na **Zona Franca** ou que restrinja a compra da matéria-prima dos polos nacionais. Segundo ela, a isenção

permite que a concorrente obtenha uma margem líquida que chega a ser o dobro das demais. A Innova lidera o **mercado** de estireno com 40% da oferta, seguida por 30% da Videolar, que ganha ano a ano mais terreno. A fabricante do Polo de Triunfo condiciona a decisão sobre novos investimentos em ampliação da planta à solução dessa diferença de custos.

O secretário de **Desenvolvimento** e Promoção ao Investimento, Mauro Knijnik, e o diretor-presidente da Agência Gaúcha de **Desenvolvimento** e Investimentos (AGDI), Marcus Coester, não comentaram como será a ação junto à União. A comitiva informou que a mesma solicitação foi feita pelo polo petroquímico baiano ao governador do estado, Jacques Wagner (PP). "Já há consenso técnico no **Ministério** sobre a medida. Esperamos uma definição nos próximos meses", aposta Margareth. Restrições como as propostas na **Zona Franca** já foram adotadas para outros produtos como automóveis, bebidas e calçados. A petroquímica, que foi comprada pela Petrobras da subsidiária da estatal na Argentina (Pesa) em abril passado, tem pressa na definição das regras fiscais pois já opera com a capacidade máxima da unidade e precisa aumentar a **produção** para dar conta de maior demanda em setores como construção civil e indústrias automotiva.

	VEÍCULO VERMELHO / SITE	EDITORIA	
	TÍTULO LDO garante descontingenciamento de recursos próprios da <u>Suframa</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Dois pontos foram destacados pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovado pelo Congresso Nacional, na manhã desta quarta-feira (13/07): um que proíbe contingenciamento de recursos próprios da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); e outro que garante ganho real aplicado às aposentadorias e pensões do Fundo de Regime Geral da Previdência Social.

Sobre o descontingenciamento da Suframa, Vanessa destacou que a Superintendência é um órgão não só importante para o Amazonas, mas para toda a Amazônia Ocidental. “Além de alguns municípios como Macapá e Santana, no Estado do Amapá”, lembra. A emenda que garantiu o descontingenciamento é da Senadora em conjunto com a bancada do Amazonas.

Sobre a garantia de recursos para o atendimento à política de ganho real aplicáveis às aposentadorias, a senadora enfatiza que esse é um ganho social muito grande para os aposentados para os trabalhadores na ativa hoje. “Se trata da continuidade de um caminho que já iniciamos. Já existe a negociação entre Governo Federal, centrais sindicais

e entidades dos aposentados, mas agora demos um passo mais à frente. Temos garantidos na LDO os recursos para atender aos resultados dessa negociação. Isso é um grande avanço social”, comemorou.

“Esses dois pontos refletem a preocupação do Congresso Nacional quanto ao desenvolvimento regional e com relação aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras”, disse a senadora.

Assessoria de Imprensa

	VEÍCULO FIEAM / SITE	EDITORIA	
	TÍTULO Senado rejeita projeto que prejudicava <u>Suframa</u> e aprova proposta de senador Eduardo Braga		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, por unanimidade, o voto em separado do senador Eduardo Braga (PMDB), que resultou na rejeição ao Projeto de Lei 318/09 (PLS 318/09). O projeto pretendia vincular a aplicação da Taxa de Serviços Administrativos (TSA) recolhida em favor da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)** na localidade onde se deu a arrecadação. A intenção seria beneficiar os estados do Acre, Amapá, de Rondônia e Roraima, incluídos na área de abrangência da **Zona Franca**.

Senador Eduardo Braga vota em separado pela rejeição do PL

O senador Eduardo Braga defendeu que a aprovação da proposta prejudicaria a aplicação de recursos orçamentários da **Suframa** e dificultaria os investimentos em ações dos pontos de vista econômico, social e ambiental. “E do ponto de vista administrativo, seria mais um entrave na administração dos poucos, escassos e já contingenciados recursos da **Suframa**”, declarou.

“Comparando-se, em percentual, a média de arrecadação da TSA e a média de investimentos realizados a conta dessa taxa, também por Estado, tem-se o seguinte quadro: no período 2005/2010, o estado do **Amazonas** arrecadou, na média, 89% do TSA e recebeu, no mesmo período, também em termos médios, 18% dos investimentos; Rondônia arrecadou 6% e recebeu 15%; Amapá arrecadou 3% e recebeu 6%; Acre arrecadou 2% e recebeu 23% e Roraima arrecadou 1% da TSA e recebeu, em investimentos, 15% da arrecadação global desta taxa”, detalhou Braga no voto em separado.

Os argumentos apresentados pelo senador convenceram os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Lindbergh Farias (PT-RJ), Ana Amélia (PP-RS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que chamou atenção ainda para a inconstitucionalidade do PLS 318/09, já que a constituição proíbe a vinculação de receitas. A votação do PLS 318/2009 na CAE tinha caráter terminativo e com sua rejeição, a proposta será arquivada.